

Ass. Constituinte Amex

CONSTITUINTE

A discussão pela anistia

O comando do PMDB decidiu enfrentar e rejeitar a emenda Uequed. A sessão começou às 23h, com previsão de terminar entre 4h e 5h da manhã.

Com a ameaça do PDT, do PT e de uma ala esquerda do PMDB se retirarem do plenário para negar quórum à votação e provocar seu adiamento, o Congresso Nacional iniciou ontem às 23h a sessão para votar os seis destaques selecionados previamente anteontem e referendar, em segundo turno, a convocação da Constituinte segundo estabelecido no substitutivo do PMDB à emenda Sarney, apresentado pelo deputado Walmor Giavarina.

O motivo de toda a tensão, que dominou os políticos durante o dia, era a subemenda Jorge Uequed — um dos destaques que estende a anistia a todos os militares

punidos por motivos políticos ou com base nos regulamentos disciplinares. A ideia da esquerda do PMDB — Jorge Uequed, Ayrton Soares, Francisco Pinto, Alencar Furtado e outros — era forçar o adiamento da votação para tentar uma negociação.

A meia-noite e meia, depois de intermináveis manobras obstrucionistas do PT, começou a votação do primeiro destaque, de autoria do PDS, visando apenas a supressão de algumas palavras do substitutivo Giavarina. A previsão era de que apenas entre 4h e 5h da madrugada a sessão seria encerrada, com a aprovação definitiva da Constituinte.

Foi só no início da noite, sob pressão do

PFL, críticas do PDS e advertências dos ministros militares e do presidente Sarney — que chegou a dar murros na mesa — que o comando do PMDB decidiu liderar a rejeição da emenda Uequed e tentar aprovar em segundo turno a convocação da Constituinte.

Abandonando a ideia inicial de adiar a votação para depois de 15 de novembro, Ulysses Guimarães e os líderes Pimenta da Veiga e Hélio Gueiros, da Câmara e do Senado, resolveram correr o risco de ver aprovada a anistia ampla e irrestrita aos militares — embora Gueiros garantisse que o Senado estava mobilizado para a rejeição se a matéria passasse na Câmara.

Temendo a falta de quórum, os líderes passaram a agir rapidamente e conseguiram que quase 30 deputados cancelassem as viagens marcadas — inclusive a que um grupo grande faria a Damasco, na Síria.

Num canto do plenário, depois de conversar com Ulysses, Pimenta da Veiga, bastante tenso, fez uma lacônica declaração aos jornalistas, quando perguntado se não teria nova rebelião de bancada do PMDB. "A bancada, a bancada... vamos ver" — disse, desconvencido.

Sem esconder sua decepção, o vice-líder Ayrton Soares fez o seguinte comentário: "O nosso PMDB vai votar a Emenda Uequed; o

PMDB do Ulysses e do Pimenta vai votar o substitutivo Giavarina". Em tom de lamento, o senador Itamar Franco (PMDB-MG) observou: "Se é assim, o Senado deverá rejeitar a subemenda da anistia".

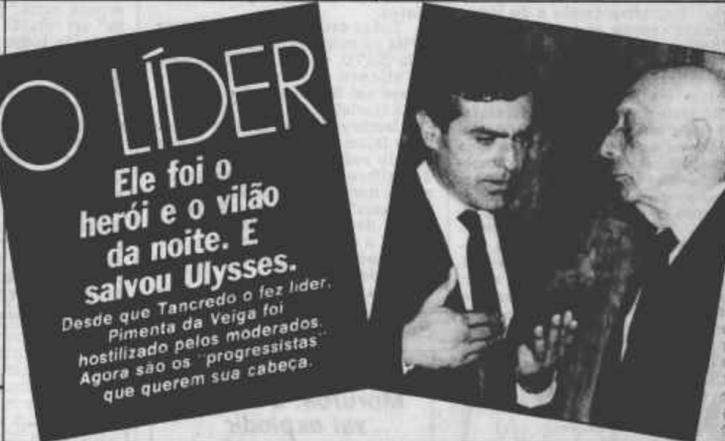
Assessores de ministros militares observaram que não seria possível definir, se aprovada a Emenda Uequed, quais as pessoas efetivamente punidas "em decorrência de atos derivados de motivação política". Lembaram, por exemplo, que na famosa rebelião da Armada os envolvidos não ultrapassaram a 1.500 marinheiros, "mas hoje relacionam cerca de sete mil marujos punidos. Onde conseguiram esses 5.500 a mais?"



A reunião de emergência do Conselho Político



A Constituinte recomeça a ser votada



A POSIÇÃO DE SARNEY

Batendo com os punhos na mesa, para exigir a aprovação do substitutivo Giavarina nos termos do acordo feito anteriormente, o presidente Sarney marcou ontem o tom com que os líderes da Aliança Democrática deveriam atuar, pouco depois, no Congresso, na votação da anistia para militares e civis ainda não beneficiados pelo perdão.

Sarney estava nervoso e lembrou que a sustentação política de seu governo dependia do cumprimento de acordos com aqueles e que a rejeição da emenda seria o reconhecimento do fracasso da negociação partidária.

O presidente da República convocou os líderes da Aliança Democrática ao seu gabinete às 17h, para discutir a questão da Constituinte e da anistia, e se recusou a examinar qualquer alternativa nova à emenda Jorge Uequed (PMDB-RS), dizendo que o governo já havia concedido o que era possível em termos de anistia no substitutivo Giavarina.

o deputado Ulysses Guimarães e o líder Pimenta da Veiga, do PMDB, liderassem a votação para rejeitar o destaque da emenda Uequed. Ele argumentou que a entrada do destaque em pauta só foi possível porque vários parlamentares do PMDB, inclusive Ulysses, votaram favoravelmente a isso.

Parlamentares da Frente Liberal queixaram-se a Lourenço da posição do deputado Ulysses Guimarães, dizendo que ele "atropelou" até o líder de seu partido, Pimenta da Veiga, votando a favor do destaque da emenda Uequed. Vários parlamentares do PFL que votaram antes de Ulysses — "não", segundo o acordo — ficaram revoltados e se queixaram dizendo que "mais uma vez o PMDB nos coloca mal perante a opinião pública".

Cunha e Márcio Santilli. Deixaram de votar os petebistas Nelson do Carmo e Mendonça Falcão, os malufistas Renato Cordeiro e Salvador Julianelli e o comunista Alberto Goldman.)

Reversão

Na reunião do Conselho Político — para a qual pela segunda vez não foi convidado o ministro Fernando Lyra, da Justiça — estiveram presentes os líderes peemedebistas Pimenta da Veiga e Hélio Gueiros e os frentistas José Lourenço e Carlos Chiarelli. Depois de uma hora de conversa com Sarney, todos eles saíram convencidos de que seria possível a reversão da expectativa gerada na véspera pela aprovação do destaque.

— Aquela foi uma apreciação processual, sem base no mérito — justificou o senador Chiarelli. Agora o resultado será diferente.

O líder do PFL considera que no Senado será tranqüila a maioria para derrubar a proposição de Uequed, embora possam persistir dúvidas na Câmara, onde acham que a maioria é pela manutenção do requerimento.

Depois de Ulysses Guimarães, 69 anos de idade e quase 40 de política, o parlamentar mais assediado pela imprensa no Congresso tem sido o líder do PMDB e do governo na Câmara, Pimenta da Veiga, 38 anos e pouco mais de cinco anos de política. A diferença de estilo e de conhecimento da política e dos políticos é evidente. Nem por isso o deputado minetro pode ser responsabilizado isoladamente pelos desastros do seu partido e do governo que lidera na Câmara.

Pimenta desenvolveu o maior esforço possível, inclusive evitando emendas marcando a eleição presidencial para 86.

Teve muita influência junto ao presidente Sarney na extinção do Colégio Eleitoral e, depois, na proposta de emenda constitucional de convocação da Assembleia Constituinte. A Constituinte, contudo, está representando outra dificuldade para o líder, a começar pela sua escolha do relator, o deputado Flávio Bierrenbach.

Para isso, ele esperava contar não só com a bancada do PMDB mas até mesmo com o voto do deputado José Genofino (PT-SP), um dos principais responsáveis pelas dificuldades enfrentadas pela liderança do governo mas que, quando viu a situação se agravar durante a votação da matéria na noite de anteontem, foi o primeiro a tentar o recuo.

— Achei melhor adiar a votação — ponderou Genofino, anteontem — diante da iminência de uma crise político-militar.

(Essa ideia de adiar a votação da anistia e, conseqüentemente, o segundo turno de votação da Constituinte, predominou no PMDB na madrugada de ontem. Mas acabou sendo abandonada no decorrer do dia, substituída pela decisão de rejeitar a emenda Uequed no voto.)

Compromisso

Depois de prometer "cumprir a vontade" do presidente Sarney, contudo, o líder frentista José Lourenço passou a exigir que

Ele lembraram que nas negociações da reforma tributária, o PFL seguiu a orientação do governo e foi surpreendido com o acordo feito pelo PMDB com a Frente Municipalista. Os frentistas revelaram que em telefonema ao presidente Sarney, no meio da tarde, o líder José Lourenço avisou que sua bancada só votaria contra a emenda Uequed se o PMDB "votasse fechado" no mesmo sentido e liderasse a votação.

Durante todo o dia houve muitas acusações de que "Ulysses jogou o Pimenta às feras" votando a favor do destaque à emenda Uequed, mas o presidente do PMDB contestou as críticas: Só votei a favor do pedido de destaque porque o líder me liberou".

Vários deputados moderados do PMDB, antes hostis a Pimenta, como Roberto Cardoso Alves e Walber Guimarães, ressaltaram a "grandeza" da atitude do líder: "Para evitar que Ulysses ficasse exposto, Pimenta resolveu se expor".

Comentou-se também, na reunião do Planalto, o fato de 13 dos votos contrários ao substitutivo Giavarina e cinco das abstenções serem de São Paulo. (Votaram contra os malufistas Armando Pinheiro e Ferreira Martins, os petebistas Celso Amaral, Gastone Righi, Mendes Botelho e Moacir Franco, os petistas Djalma Bom, Irma Pasoni, José Genofino e Plínio de Arruda Sampaio, e os peemedebistas Flávio Bierrenbach, João

Hélio Gueiros considerou surpreendente o resultado da aprovação do requerimento de Uequed — 396 votos a 44 —, mas frisou que sua aprovação pelo mérito será "intolerável e inaceitável". Com o voto de Ulysses o senador disse ter ficado "perplexo". Os líderes da Aliança Democrática deixaram o gabinete presidencial às 18h30, voltando ao Congresso para entendimento com líderes de outros partidos.

— Ulysses antes votou como homem de partido, hoje (ontem) votará como estadista", observou José Lourenço.

Hélio Gueiros considerou surpreendente o resultado da aprovação do requerimento de Uequed — 396 votos a 44 —, mas frisou que sua aprovação pelo mérito será "intolerável e inaceitável". Com o voto de Ulysses o senador disse ter ficado "perplexo". Os líderes da Aliança Democrática deixaram o gabinete presidencial às 18h30, voltando ao Congresso para entendimento com líderes de outros partidos.

O PMDB ainda não conseguiu ser governo e o governo não consegue ser PMDB. Até pela sua origem, pelas circunstâncias conhecidas. Nem mesmo Tancredo Neves teria condições plenas de contentar a tudo e a todos no multicolorido PMDB. Mas o falecido presidente tinha engenho e arte e, na certa, saberia contornar obstáculos, administrando as crises e as contradições do seu partido e da Aliança Democrática.

Ele nega que tenha escolhido Bierrenbach para evitar que o deputado paulista trocasse o PMDB pelo PSB. "Não iria fazer essa manobra pequena numa questão tão relevante", defendeu-se. De qualquer forma, Bierrenbach decepcionou a direção e a liderança do PMDB, mesmo tendo agradado a setores do PDS, do PDT e à chamada sociedade civil — OAB, CNBB, ABI, sindicatos ligados ao PT.

O PENSAMENTO MILITAR

O ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, não aceita a anistia proposta pelo deputado Jorge Uequed, porque ela implicaria o perdão a militares punidos por atos de insubordinação e indisciplina, muitos deles sem motivação política.

A explicação é de assessores do ministro, que acrescentaram que a reintegração desses militares seria "muito difícil", em razão da modernização e do nível tecnológico que a área militar alcançou nesses últimos anos. A realização de cursos de atualização também não seria possível na carreira militar, de acordo com tais assessores, por causa da idade desses militares, hoje com mais de 40 anos, que não teriam condições físicas para suportar determinados cursos de adiestramento.

É certo que o ministro Leônidas Pires Gonçalves não se conformou com a aprovação, pelo Congresso, do pedido de destaque à subemenda Uequed à emenda da Constituinte, concedendo anistia a civis e militares em termos considerados "inaceitáveis" pelos ministérios militares.

Terça-feira à noite, pouco depois da aprovação do pedido de destaque — com votos favoráveis, inclusive, de Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e da Câmara, e do deputado Sarney Filho (PFL-MA) —, o ministro conversou pelo telefone com o líder do governo, Pimenta da Veiga.

O general Leônidas reafirmou ao deputado Pimenta da Veiga que as Forças Armadas não poderiam aceitar a proposta de anistia nos termos da subemenda Jorge Uequed e pediu esforço da Aliança Democrática para evitar o desfecho. O mesmo

pedido de colaboração o ministro fez ao deputado Paulo Salim Maluf, também pelo telefone, pouco depois de conversar com o líder governista. Maluf explicou ao general Leônidas que nem ele nem o PDS estavam com intenção de promover o confronto, mas a iniciativa de encontrar a solução devia ser da Aliança Democrática e não do PDS.

Sem recursos

Os assessores do ministro salientaram ainda que o pagamento de atrasados, previsto na emenda Uequed, foi vetado pelos ministros da área econômica, que não concordaram com o desvio de recursos para aquele fim. Somente nas Forças Armadas, segundo estimativa feita pelos ministros militares, seriam gastos mais de Cr\$ 3 trilhões, enquanto nos ministérios civis essa quantia foi estimada em cerca de Cr\$ 6 trilhões. Como as Forças Armadas não geram dinheiro, segundo os assessores, o governo federal teria de desviar recursos de outras áreas para cobrir aquela despesa.

A emenda Walmor Giavarina, resultante de acordo das lideranças com a área militar, prevê na parte relativa à anistia a ampliação da anistia concedida em 1979, segundo explicaram os assessores do Ministério do Exército. Aos servidores civis e militares seriam concedidas as promoções, pelo princípio da antiguidade, na reserva ou aposentadoria, ao posto ou graduação a que teriam direito se estivessem na ativa. A proposta vedou, contudo, qualquer espécie de remuneração retroativa.

A emenda Walmor Giavarina teve também o cuidado de excluir dessa anistia os servido-

res em recente reunião em Brasília, quando consideraram inviável, no entanto, qualquer promoção ao generalato, entre outros motivos porque a promoção ao generalato é baseada no princípio da escolha pessoal do presidente da República, e não nos critérios de antiguidade ou merecimento.

(Um dos militares que poderiam ser beneficiados com a promoção é o capitão Sérgio Miranda, o "Sérgio Macaco", do caso Para-Sar, que teve entre seus defensores o brigadeiro Eduardo Gomes e o marechal Cordeiro de Farias, ambos já falecidos.)

A promoção até o posto de coronel foi admitida e vai permitir um considerável aumento dos vencimentos. Os militares têm assim atendidas as suas principais reivindicações, e restabelecidos definitivamente todos os seus direitos.

Divergências

O ministro Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, disse que acha "exagero a aprovação do destaque que amplia a anistia aos militares, tanto que acredito em sua rejeição pela Câmara". Para ele, a aprovação da anistia tal como proposta no destaque configuraria a primeira grande derrota do governo Sarney.

Mas, também em Brasília, o secretário dos Negócios Metropolitanos e ministro do Trabalho no governo Goulart, Almino Afonso, se declarou favorável à concessão de "uma anistia ampla e irrestrita para os militares que foram punidos por motivos de natureza política". E acrescentou que se permite divergir da posição do governo porque "a divergência é inerente à democracia".

A confiança de Sarney

Na legislatura passada, Pimenta ganhou destaque na condição de presidente da Comissão Mista do Congresso que examinou as prerrogativas. Como vice-líder de Odacir Klein, qualificou-se para disputar a liderança, mas foi derrotado por Freitas Nobre. Depois deixou de apoiar Freitas Nobre, reeleito para o cargo, preferindo omitir-se de problemas político-partidários. Reapareceu candidato a líder pelas mãos de Tancredo e de Ulysses. Hoje tem a confiança não só de Ulysses, mas, principalmente, do presidente Sarney, que não tem pouquinhos elogios à sua dedicação e trabalho político-parlamentar, mesmo não saindo tudo a contento.

Na recente votação do "pacote" do Palácio, restabelecendo eleições diretas de presidente, com a extinção do Colégio Eleitoral,

Os cassados se organizaram e a anistia não poderia deixar de ser discutida. Ao lado das diretas e da Constituinte, representava e representa velha bandeira de luta de Ulysses e do seu partido. Na noite de terça-feira isso foi comprovado: contrariando o acordo que ajudou a costurar com o PFL e com o PDS, o presidente do PMDB votou a favor do pedido de destaque à subemenda Uequed — votando de Pimenta da Veiga, como líder, ter votado contra, tentando honrar o acordo interpartidário.

"O Ulysses jogou para a arquibancada e quase tira o Pimenta do campo" — comentou, com sarcasmo, um dirigente do PDS. Os progressistas podem até pedir a cabeça de Pimenta. Mas quem usaria pedir a cabeça de Ulysses? Ou a do deputado Sarney Filho?

General Leônidas

res civis e militares que já se encontravam aposentados, na reserva ou reformados, quando atingidos pelas cassações e punições, para evitar a sua ampliação. A proposta fixou, ainda, o período da anistia entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979. A emenda Uequed permitiria até a inclusão dos militares punidos na campanha "O petróleo é nosso", de 1952, e 18 participantes da Intentona Comunista de 35, o que os chefes militares consideram "inaceitável".

A maior restrição dos ministros militares à emenda Jorge Uequed é quanto à possibilidade de anistia aos marinheiros revoltosos de 64. Segundo os assessores, "é muito difícil definir, naquele episódio, os atos de motivação política e os de simples insubordinação".

Até coronel

Os militares anistados através do Congresso Nacional poderão ser promovidos até o posto de coronel, por antiguidade, mediante o estudo da carreira de cada um. Essa promoção foi admitida pelos ministros milita-

Flamarion Mossri

Os advogados prometem resistir a esta Constituinte

A derrota da tese da Constituinte autônoma, independente do futuro Congresso, provocou ontem manifestações de revolta por parte das diferentes seções da Ordem dos Advogados do Brasil. Em São Paulo, o conselho da entidade distribuiu uma nota de repúdio à comissão mista do Congresso. Em Porto Alegre, os parlamentares que aprovaram o substitutivo foram apontados pelos coordenadores do Movimento Gaúcho pela Constituinte como "traidores da população".

O Movimento Gaúcho, porém, não vai desistir da luta: vai levar adiante a ideia de promover plebiscitos, independente da decisão do Congresso Nacional. "Queremos que o Palácio do Planalto não tenha mais dúvidas sobre qual é a grande reivindicação da sociedade brasileira — a convocação de uma Constituinte exclusiva", avisou Olga Araújo, a coordenadora da seção gaúcha da OAB, responsável também pela guilherina pré-Constituinte exclusiva.

"A OAB resistirá à tentativa de burla", garante em sua nota a seccional paulista da OAB. "Rejeitamos uma Constituinte viciada na origem e que acabará por se constituir verdadeira farsa, conclamando todos os segmentos sociais a cerrarem fileiras nesse intento."

Mais que um aviso de resistência, a nota da OAB paulista faz um alerta: "Opomo-nos à marginalização do povo no processo cons-

tituinte e à tentativa de perpetuação de seus atuais representantes, prática antidemocrática que necessariamente conduzirá à usurpação da soberania popular e à desconsideração ou indefinido adiamento do atendimento dos interesses coletivos, especialmente dos desfavorecidos e oprimidos social e economicamente".

Os integrantes do Movimento Gaúcho pela Constituinte classificaram ainda como uma "fraude" a aprovação do substitutivo. Eles acusam as cúpulas dos partidos majoritários de se terem tornado "cúmplices" do autoritarismo militarista. Prometem que essa atitude dos parlamentares será cobrada. Para isso, decidiram montar placares em vários pontos de Porto Alegre exibindo os nomes dos deputados que aprovaram a convocação da Constituinte congressual.

Em Vitória, cerca de 200 advogados da área de Direito Constitucional de todo o País, reunidos em congresso, votaram ontem em plebiscito a favor da Constituinte exclusiva. A tese foi apoiada por 157 dos advogados presentes; os outros votos foram distribuídos entre brancos e pelo sistema misto, além de outras alternativas. A reunião de Vitória, neste ano, abandonou o caráter técnico para concentrar-se apenas nos debates dos vários aspectos da Constituinte. Na sessão de hoje, será discutida a inconstitucionalidade da eleição deste 15 de novembro num só turno.